

Encontro anual de  
**INICIAÇÃO**   
**CIENTÍFICA DA UNESPAR**

**ANÁLISE DA BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL COM OS PAÍSES PERTENCENTES  
AO MERCOSUL, NO PERÍODO DE 2009 a 2014**

Leandro Ribeiro de Andria (PIC, Voluntário)  
Unespar/Campo Mourão, leandrodeandria@gmail.com  
Tatiana Diair Lourenzi Franco Rosa (Orientador),  
Unespar/Campo Mourão, tatianalourenzi@gmail.com

**RESUMO:** A criação de blocos econômicos, por meio de um processo de integração econômica, pode ser vista como consequência da expansão das atividades comerciais diante da globalização da economia mundial, a partir da década de 70. De acordo com Ratti (2006), em 1991 foi assinado o Tratado de Assunção para a formação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), visando a formação de um mercado comum no cone sul latino-americano, ou seja, um mercado comum entre a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A Venezuela foi incorporada ao MERCOSUL, por meio do Protocolo de Adesão, assinado em 04 de julho de 2006, mas que entrou em vigor no ano de 2012 (MERCOSUL, 2014). Em virtude da importância da formação de um bloco regional para a expansão das atividades comerciais de um país, o presente trabalho teve como objetivo verificar a evolução recente dos fluxos comerciais do Brasil com os demais países integrados ao MERCOSUL, entre os anos de 2009 e 2014. De forma a alcançar tal objetivo, a metodologia empregada esteve embasada nas pesquisas: bibliográfica, descritiva e qualitativa. Para a análise dos dados de comércio exterior do Brasil com os demais países do bloco em questão, foram utilizados os dados disponibilizados no portal eletrônico do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Os resultados mostraram que as vendas externas do Brasil aos países pertencentes ao MERCOSUL apresentaram pouca variação no período, sendo que, em 2009, o percentual das exportações ao bloco correspondeu a 12,71 %, e, no ano de 2014, houve uma redução para 11,13%, com relação ao total das exportações brasileiras. Pelo lado das importações do Brasil, provenientes dos países pertencentes ao MERCOSUL, também foram observadas reduções de participação do bloco ao longo do período, sendo que em 2009 o valor era de 10,71 %, e passou a ser de 8,05 % do total das compras brasileiras, no ano de 2014. O ranking dos compradores do Brasil no comércio intrabloco, teve a Argentina como principal representante, seguida de Venezuela, Paraguai e Uruguai, comportamento que se manteve durante todo período analisado. Já o ranking dos fornecedores de produtos ao Brasil, em 2009, mostrou a Argentina como principal mercado para o Brasil no bloco, seguida de Uruguai, Paraguai e Venezuela, sendo que este último país ganhou uma posição a partir do ano de 2010.

Palavras-chave: Comércio Exterior. Integração Econômica. MERCOSUL.

## **INTRODUÇÃO**

A criação de blocos econômicos, por meio de um processo de integração econômica, pode ser vista como consequência da expansão das atividades comerciais diante da globalização da economia mundial, a partir da década de 70. No que diz respeito à América Latina, também havia a necessidade da formação de um bloco econômico para superar as dificuldades que a região enfrentava no comércio.

De acordo com Ratti (2006), em 1991 foi assinado o Tratado de Assunção para a formação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), visando a formação de um mercado comum no cone sul

## **Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar**

latino-americano, ou seja, um mercado comum entre a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Dentre os principais objetivos do MERCOSUL podem ser citados: a liberação da circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre seus membros, estabelecimento de uma única política comercial entre os membros, e, adoção de uma tarifa externa comum para os países membros em relação aos países não-membros. Além disso, os países participantes realizariam políticas macroeconômicas e setoriais conjuntamente.

No entender de Bastos (2008), a criação do MERCOSUL era necessária para permitir aos países-membros a competição no mercado internacional, diante das novas exigências. A autora destaca, ainda, que o MERCOSUL foi uma forma encontrada pelos quatro países da América Latina para alavancar a economia através da abertura comercial e atração de Investimento Direto Estrangeiro (IDE).

Desde sua criação até o atual momento, pode-se afirmar que o comércio entre os países pertencentes ao MERCOSUL sofreu algumas variações, verificando-se, recentemente, uma inversão na tendência observada na década de noventa, que mostrava um crescente comércio intrabloco.

Acrescenta-se que, de acordo com Coelho et al. (2006), no ano de 2006, a Venezuela foi incorporada ao MERCOSUL, por meio do Protocolo de Adesão, assinado em 04 de julho do referido ano, mas que entrou em vigor no ano de 2012.

A partir desse breve contexto, e, em virtude da importância da formação de um bloco regional para a expansão das atividades comerciais de um país, o presente estudo tem como objetivo fazer uma análise dos fluxos recentes de exportações e importações entre o Brasil e os demais países pertencentes ao MERCOSUL, no período de 2009 a 2014, de forma a entender a importância do bloco para o comércio brasileiro.

De forma a alcançar o objetivo da presente pesquisa, a metodologia empregada foi embasada nas pesquisas: bibliográfica, descritiva e qualitativa. Conforme Gil (1987, p.71), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Por sua vez, as pesquisas descritivas desejam apresentar as ligações que existem entre as variáveis, pois se destacam em estudar as características de um determinado grupo.

A pesquisa qualitativa, de acordo com Richardson (1999), Raupp e Beuren (2009, p.91-92), tem a intenção de “descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”.

Para a análise dos dados de comércio exterior do Brasil com os demais países do MERCOSUL, foram utilizadas as estatísticas disponibilizadas diretamente no portal eletrônico do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior (MDIC), e também por meio do sistema Alice Web MERCOSUL (plataforma do MDIC), para o período de 2009 a 2014. Destaca-se que, inicialmente, o período da pesquisa contemplava dados de exportações e importações até o ano de 2012, porém, com a disponibilização dos mesmos até 2014, o período foi estendido.

## **Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar**

Vale ressaltar que, para essa análise, foram levados em consideração os dados a Venezuela, dado que seu processo de incorporação foi oficializado no ano de 2012.

Para um melhor entendimento, o presente estudo foi dividido em três seções principais, sendo que a primeira diz respeito à importância e fases de um processo de integração entre países. A segunda seção traz um breve retrato a respeito do processo de formação do MERCOSUL, seguida da terceira seção com a análise dos dados de fluxos recentes de comércio entre o Brasil e os demais países pertencentes ao bloco. Por último, são apresentadas as considerações finais.

### **O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA**

Conforme Predebom (2010), o interesse pelo tema “integração econômica regional” tem aumentado no decorrer dos anos, e, com isso, tem contribuído para tal interesse o crescimento de importantes acordos entre regiões como: o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL e o Acordo de Livre Comércio da América do Norte - NAFTA, além da perspectiva em torno da criação da ALCA - Área de Livre Comércio das Américas. Estes Acordos têm levantado várias questões políticas, econômicas e sociais decorrentes dos processos de integração entre países.

No início do Século XXI novos termos de interdependência econômica puderam ser vistos, em escala mundial, com um crescente aumento no comércio, e tudo o que o envolve – esse fenômeno chamado de globalização. Suas características são aquelas impostas pelos mesmos desenvolvimentos tecnológicos que impulsionam o crescimento do comércio e a movimentação de capital, enquanto, simultaneamente, torna inoperantes os mecanismos tradicionais de controle destas atividades (PREDEBOM, 2010).

Ainda de acordo com mesmo autor, o processo de regionalização percorreu o mundo, simultaneamente, ao da globalização, e houve um aumento de acordos regionais e bilaterais de comércio em escala mundial, que procuram favorecer ambos. Em se tratando das Américas, uma grande quantidade de acordos entre comércios foi estabelecida, incluindo vários países e, provavelmente, todas as combinações possíveis entre estes países. Esta tendência na Europa ocorreu com a consolidação da União Monetária e o rápido crescimento da União Européia (UE), indicando a incorporação dos países do Leste europeu. Na Ásia e na África, o interesse por políticas que promovam a integração regional também foi renovado.

A expansão crescente dos processos de integração econômica mostra o momento em que as relações internacionais e, conseqüentemente, as relações comerciais mundiais passam por grande transformação. Nos dias atuais, pode-se perceber que mais de trezentos acordos comerciais foram comunicados à Organização Mundial do Comércio (OMC) (WTO, 2009).

O principal objetivo do estabelecimento de um processo de integração econômica regional - para os Estados - é uma melhor alocação dos fatores de produção e dos recursos disponíveis; uma diminuição dos custos de produção e uma melhoria na qualidade dos bens produzidos; ganhos em economia de escala; e uma melhor capacidade de inserção no cenário internacional (CELLI, 2006).

## Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar

De acordo com CELLI (2006), as organizações inseridas nestes contextos econômicos, consistem na criação de mercados mais amplos, pressupondo que mercados maiores operam de forma mais eficiente. Dessa forma, as principais motivações para a adesão a estes processos encontram-se na possibilidade de ampliar mercados por meio da eliminação de barreiras protecionistas que dificultam o fluxo de mercadorias, serviços e fatores de produção.

Grubel (2006) ressalta que a participação em um processo integrativo pode resultar em um aumento da concorrência, com a conseqüente redução no preço dos produtos, além da melhoria de qualidade e aumento da produtividade.

De acordo com a teoria clássica da integração econômica, qualquer processo de integração, para se completar, deve percorrer etapas específicas e sucessivas, como: zona de livre comércio; união aduaneira; mercado comum; união econômica e monetária; e, união política (PREDEBOM 2010).

Conforme Predebom (2010), nos dias atuais, os processos de integração regionais mais importantes são: a União Europeia (U.E.), o North American Free Trade Agreement (NAFTA), o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (*Asia – Pacific Economic Cooperation- APEC*), a Comunidade da África Meridional Para o Desenvolvimento (*Southern Africa Development Community– SADC*), a Associação Sul-Asiática para Cooperação Regional (*South Asian Association for Regional Cooperation– SAARC*), a Comunidade Andina de Nações (CAN), a Comunidade dos Estados Independentes (*Commnwealth of Independent States– CEI*) e a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL).

Herz e Hoffmann (2004) destacam que se emprega uma espécie de escala ou enumeração para definir as características ou a imensidão de uma integração econômica regional. O primeiro passo é um acordo de tarifas entre seus membros por intermédio do desenvolvimento de uma zona de livre comércio, em que as taxas entre os membros seriam menores do que as cobradas de outros países não pertencentes ao processo integrativo. Assim seriam reduzidas ou eliminadas barreiras alfandegárias para o comércio intra-regional. O segundo passo é a união aduaneira, em que, além de eliminar barreiras de alfândega para o comércio entre os membros, estabelece uma tarifa externa comum, a ser aplicada de forma igual a países de fora da região.

Ainda de acordo com os mesmos autores, o terceiro passo é o mercado comum, em que se eliminam as barreiras ao comércio, adotando uma tarifa externa comum, acrescentando a livre circulação de capital, serviços e até mão de obra. O quarto passo é a união econômica e monetária, que deve contemplar o livre comércio, uma tarifa externa similar, a circulação de fatores produtivos, a combinação das políticas fiscais e monetárias e a criação de uma moeda comum. E, por fim, o último passo seria a união política, que existe uma autoridade ou governo central que é superior, em muitos aspectos, aos próprios governos nacionais; além disso, contemplaria a eliminação de barreiras entre comércios, com uma tarifa externa comum, a livre circulação de mão de obra, capital e serviços, a unidade nas políticas fiscais, monetárias, industriais e sociais, e, ainda, um órgão controlador unificado investido de poderes para fazer funcionar a entidade integrada, agora em seu estágio máximo.

## **Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar**

Esses distintos níveis de integração, ou graus de aprofundamento da integração, permitem distinguir a integração da cooperação. Enquanto um bloco regional de integração possui objetivos ambiciosos que implicam a unificação, a uniformização e a harmonização de políticas comerciais, econômicas e monetárias com delegação de parcelas significativas de soberania para instituições de caráter supranacional, um bloco regional de cooperação tem metas mais modestas, cuja implantação não requer a abdicação por parte dos Estados de grandes parcelas de soberania (SISTE, 2006).

Gomes (2010) esclarece que, a princípio, somente a União Europeia atingiu os estágios de integração como já citados anteriormente, ou seja, o acordo de tarifas, a união aduaneira, a eliminação de barreiras do comércio, a união econômica e monetária, e união política, podendo-se, dessa forma, qualificá-la como um processo de integração *stricto sensu*. Por outro lado, o autor acrescenta que o MERCOSUL, aproxima-se muito mais de um modelo de caráter cooperativo e consensual, podendo-se, assim, considerá-lo um processo de integração *lato sensu*.

De acordo com Fratianni (2006), existem processos de integração regional em andamento, em todos os lugares, que em sua maioria tem como base o modelo europeu. Porém, o que se pode observar é que esta é uma tendência universal para o futuro das relações internacionais.

No entender de Thorstensen (2001a), a lógica de integração está baseada em uma decisiva combinação de interdependências culturais, geográficas e econômicas, junto a interesses comuns na busca de competição na economia atual mundial globalizada, criando um sistema seguro de relacionamentos que visam a manutenção da paz e o fortalecimento da democracia, desenvolvendo um vigoroso perfil geopolítico, particularmente, por intermédio do desenvolvimento de um bloco de negociação internacional sólido e plausível.

Diante do contexto apresentado, a próxima seção traz um breve retrato do processo de formação do bloco econômico MERCOSUL, de forma que melhor se possa entender as relações dos seus países-membros, e a evolução dos fluxos de comércio entre os mesmos, que é tratada em seção posterior.

### **MERCOSUL: antecedentes, evolução e fluxos recentes de comércio**

Antes de sua criação, o MERCOSUL, teve alguns antecedentes, como: a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), criada em 1948, com intuito de aumentar e ampliar o consumo dos produtos, sendo assim aumentando o comércio, e passando a ter uma escala entre continentes; e a ALALC (Associação Latino Americana de Livre Comércio) constituída pelo Tratado de Montevideu, assinado pelo Brasil, Chile, Uruguai, Argentina, Peru, México, Paraguai, Colômbia, Venezuela, Bolívia Equador (MERCOSUL, 2014).

Com o principal objetivo de buscar soluções estruturalistas para as dificuldades econômicas e sociais na América Latina, surgiu em 24 de junho de 1948 um ramo regional do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, caracterizado como Comissão Econômica para a América Latina

## **Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar**

(CEPAL). A ênfase desde o começo foi a necessidade da integração econômica na América Latina (MERCOSUL, 2014).

Com isso, a primeira experiência de integração latino-americana aconteceu em 1960, com a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), a partir da assinatura do Tratado de Montevideú. A experiência foi fortemente influenciada pelo pensamento estruturalista Cepalino, considerando que entre as décadas de 50 e 70, a idéia era de que a integração regional pudesse minimizar as restrições externas e a escassez de capitais e tecnologia. Estas restrições imprimiam dificuldades ao processo de industrialização, e por este motivo, a experiência não obteve sucesso no tocante à integração regional (PREDEBON, 2010).

Como a ALALC não atingiu os objetivos, a mesma cedeu lugar para a ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), formada em 1980. Seus objetivos eram menores se comparados aos da ALALC, e a sua principal intenção foi ampliar o intercâmbio entre regiões e assumir uma estratégia de negociar e operacionalizar mais flexivelmente. Substituiu acordos multilaterais para acordos comerciais bilaterais, envolvendo um número bem reduzido de países e setores econômicos. Mesmo assim, a ALADI enfrentou grandes dificuldades operacionais, principalmente no que diz respeito à expansão comercial, e com isso, fracassou (BASTOS, 2008).

Carvalho e Silva (2006) apontam que foi estipulado um prazo de 12 anos para a ALALC atingir os objetivos citados anteriormente, contados a partir da data de assinatura do tratado. Contudo, conforme Bastos (2008), a ALADI acabou sendo referência para acordos entre sub-regiões como o próprio MERCOSUL, pois optou por um mecanismo de comércio mais flexível, permitindo acordos sub-regionais e, o desenvolvimento do processo de integração na América do Sul, favorecendo em 1991 o surgimento do MERCOSUL.

Nos anos 70, os países latino-americanos entraram em um intenso processo de endividamento externo para financiar a continuação de seu processo de industrialização. Segundo Sarti (2001), pode-se observar que devido a esta crise de dívida externa, o processo de industrialização teve de ser interrompido nos anos 80. Neste mesmo período foi identificado que a principal dificuldade para o crescimento econômico da América Latina eram as restrições externas, devido à insuficiente capacidade de importar. Dessa forma a integração regional seria a ferramenta fundamental para minimizar e até eliminar esta restrição externa. A integração econômica foi vista como instrumento fundamental para a formação de estruturas produtivas, e por conseqüência, complementares e em grande escala, atuando como uma base de exportações para os países centrais. Logo, estimularia acordos de cooperação e coordenação internacionais.

Morini e Simões (2006) ressaltam que as primeiras idéias de integração na América Latina surgiram no século XVIII com as lutas pela independência política dos países da região, através de Simon Bolívar, o qual acreditava ser uma idéia grandiosa transformar o mundo em uma só nação, visto que a origem, a língua e os costumes deveriam tender a serem os mesmos.

## **Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar**

Tendo como base as descrições de Brum (1995) e Almeida (1998), pode-se dizer que o MERCOSUL vem se desenvolvendo desde os anos 80 através das tentativas de colaboração entre Argentina e Brasil. Porém em 26 de março de 1991, a união foi fundamentada, com a assinatura do Tratado de Assunção, e Paraguai e Uruguai juntaram-se ao bloco, formando, assim, o MERCOSUL, com o principal objetivo de alcançar a livre circulação de serviços, bens e fatores de produção entre os seus membros, eliminando tarifas de alfândega e restrições.

Em termos atuais, a formação atual do MERCOSUL conta com a República Federativa da Argentina, República Federativa do Brasil, a República Federativa do Paraguai, República Oriental do Uruguai, a República Bolivariana da Venezuela, e o Estado Plurinacional da Bolívia (processo de adesão), e conta também com os países associados: Chile, Colômbia, Peru e Equador (MERCOSUL, 2014).

Em 2006, a Venezuela, amparada pelo Protocolo de Adesão, foi incluída no MERCOSUL, e sua adesão entrou em vigor somente em 2012. Outro fato importante foi a suspensão do Paraguai em 2012, e, nesse mesmo ano, houve a entrada, através do protocolo de adesão, da Bolívia, mas a incorporação desse país não se efetivou, e atualmente está em processo (MERCOSUL, 2014).

De acordo com Ratti (2006), entre os principais objetivos do MERCOSUL podem ser citados: a liberação da circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre seus membros, estabelecimento de uma única política comercial entre os membros, e, adoção de uma tarifa externa comum para os países do MERCOSUL em relação aos países não membros. Além disso, os países participantes realizariam políticas macroeconômicas e setoriais conjuntamente. Vejamos a seguir um breve histórico do MERCOSUL.

O tratado também teve o objetivo de que os países deveriam adotar as mesmas taxas de importação, através da fixação de uma tarifa, conhecida como: Tarifa Externa Comum (TEC), aplicada em 1995. Seu conceito se fundamentou e se correlacionou aos itens da Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM), com os direitos de importação sobre cada um desses itens, ou seja, serviços, bens e fatores de produção, com aplicação de taxas somente às importações vindas dos países não membros. Sendo assim, o MERCOSUL, passou a ser classificado como um bloco integrado para negociar em conjunto com demais blocos e países, sendo conhecido como União Aduaneira, ou seja, cria-se uma tarifa única dos países membros para os não pertencentes a essa união (BASTOS, 2008).

A política comercial do bloco pode ser dividida em duas fases: a primeira de 1991 a 1994 e a segunda a partir de 1994. No primeiro momento, as negociações do bloco foram responsáveis por eliminar as tarifas entre os países membros, visando alcançar uma livre circulação dos bens. Já na segunda fase, a partir de 1994, tinha como objetivo estabelecer uma única tarifa para importações de fora do bloco, através da implantação da TEC – Tarifa Externa Comum (VIANA, 2009).

O MERCOSUL, de acordo com os processos de integração já vistos anteriormente, atua como uma união aduaneira, mas consiste apenas na regulamentação de livre circulação de mercadorias. Já o

## **Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar**

mercado Comum, prevê também a livre circulação de demais fatores de produção (trabalho e capital) (FERMAM, 2006). Por isso não pode ser tida como uma união aduaneira perfeita.

Além disso, as alterações ocorridas nas regras inicialmente propostas geraram muitas críticas a esse processo de integração. Amaral (2015) aponta que o MERCOSUL traduz o insucesso da política externa brasileira na última década, em vários aspectos, podendo-se citar: a redução da sua participação relativa no comércio exterior brasileiro, crescentes restrições da Argentina às exportações brasileiras, risco de inadimplência da Venezuela em sua dívida com o governo e empresas brasileiras, empecilhos para negociação de acordos de comércio com países fora da zona, tolerância do Brasil às violações das regras de comércio, e o distanciamento dos princípios que basearam o Tratado de Assunção. Moreira (2014) acrescenta que a própria Tarifa Externa Comum do MERCOSUL hoje é uma fantasia, apresentando 50% de exceções.

Diante do contexto apresentado, a próxima seção trata da evolução dos fluxos de exportações e importações do Brasil com os demais países pertencentes ao MERCOSUL, no período de 2009 a 2014, de forma a evidenciar a importância do bloco para o comércio externo brasileiro.

### **BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL COM OS PAÍSES DO MERCOSUL, NO PERÍODO DE 2009 A 2014**

Considerando-se os resultados, de acordo com dados do MDIC (2015), a balança comercial do Brasil com os países do MERCOSUL foi superavitária em todos os anos da série analisada, com exceção do ano de 2010 em que o Brasil apresentou déficit em relação às transações com o Uruguai, ou seja, comprou mais do que vendeu deste país.

Analisando a participação do bloco econômico MERCOSUL no total do comércio exterior do Brasil, pode-se perceber, de acordo com a Tabela 1, que, no período de 2009 a 2014, os países membros do bloco tiveram uma participação média de 12,21% no total das exportações brasileiras. O ano de 2010 foi aquele que registrou o maior percentual das vendas externas para o MERCOSUL, alcançando 13,10%. Já no que diz respeito às compras externas, o ano de 2009 apresentou maior percentual do período, totalizando 10,71 % das importações brasileiras com origem nos países membros. Nos anos seguintes ocorreram quedas sucessivas da participação do MERCOSUL no total das compras externas do Brasil, chegando a, aproximadamente, 8% no ano de 2014. Pode-se dizer, assim, que, no período considerado, o MERCOSUL perdeu importância enquanto mercado fornecedor de produtos para o Brasil.

Tabela 1- Participação percentual do MERCOSUL na balança comercial do Brasil: 2009 a 2014

Ano	Exportação (%)	Importação (%)
2009	12,71	10,71
2010	13,10	9,61

## Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar

2011	12,67	9,12
2012	11,48	9,07
2013	12,19	8,53
2014	11,13	8,05

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados MDIC (2015)

Considerando-se a participação de cada país-membro na participação do bloco no comércio exterior total do Brasil, de acordo com a Tabela 2, destaca-se que a Argentina foi o principal destino entre os países do bloco nas exportações, participando, na média do período, com 8,05%, seguida da Venezuela (2,03%), Paraguai (1,21%) e Uruguai (0,93%). Analisando a média do período para os principais fornecedores do bloco temos Argentina (7,44%), seguida do Uruguai (0,84%), Venezuela (0,48%) e Paraguai (0,42%).

Tabela 2 – Participação percentual dos países membros do MERCOSUL na balança comercial do Brasil: 2009 a 2014

Ano	Exportações				Importações			
	Argentina	Paraguai	Uruguai	Venezuela	Argentina	Paraguai	Uruguai	Venezuela
2009	8,36	1,10	0,89	2,36	8,83	0,46	0,97	0,45
2010	9,17	1,26	0,76	1,91	7,95	0,34	0,87	0,45
2011	8,87	1,16	0,85	1,79	7,47	0,32	0,78	0,55
2012	7,47	1,08	0,90	2,08	7,37	0,44	0,82	0,44
2013	8,10	1,24	0,86	2,00	6,87	0,43	0,73	0,50
2014	6,34	1,42	1,31	2,06	6,17	0,53	0,84	0,51

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados do MDIC (2015)

Analisada a participação dos países do MERCOSUL no total das transações brasileiras com o exterior, passa-se, então, à análise da participação dos países membros no total das exportações e importações brasileiras intrabloco, para o mesmo período de estudo.

Por meio da Tabela 3, pode-se perceber que a Argentina, é a maior representante nos fluxos de comerciais do Brasil com o MERCOSUL, dado que, no ano de 2009, comprou 65,77 % do total das exportações brasileiras. É possível verificar, também, que há variações no período, sendo que, no ano de 2014, houve redução dessa participação, que passou a ser de 57,01% do total. Como fornecedora para o Brasil, a Argentina participou, em 2009, com 82,41% do total das importações nacionais, valor que também apresentou queda nos anos seguintes, chegando a 76,67% do total das importações

## Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar

brasileiras, no ano de 2014. Na média do período, a Argentina teve uma participação de 67,50% como compradora e 80,90% como fornecedora de produtos ao Brasil.

Tabela 3 - Participação percentual da Argentina na balança comercial do Brasil: 2009 a 2014

Ano	Exportações	Importações
2009	65,77	82,41
2010	70,01	82,71
2011	69,99	81,90
2012	64,61	81,22
2013	64,62	80,50
2014	70,01	76,67

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados do MDIC (2015)

No que se refere ao Paraguai, pode-se observar, por meio da Tabela 4, que o país obteve a maior participação nas exportações do Brasil no ano de 2014, com 12,75% do total vendido ao bloco. Destaca-se, também, que esse percentual representa o crescimento das vendas de produtos brasileiros ao Paraguai, já que, no ano de 2009, a participação era de apenas 8,66 %. No que diz respeito às importações, é possível perceber um aumento da participação a partir de 2011, alcançando um percentual de 6,56 % no ano de 2014.

Tabela 4 - Participação percentual do Paraguai na balança comercial do Brasil com os países pertencentes ao MERCOSUL: 2009 a 2014

Ano	Exportações	Importações
2009	8,66	4,28
2010	9,63	3,50
2011	9,15	3,47
2012	9,40	4,88
2013	10,15	5,08
2014	12,75	6,56

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados do MDIC (2015)

Analisando a participação do Uruguai na balança comercial do Brasil com o MERCOSUL, conforme a Tabela 5 pode-se dizer que, com exceção do ano de 2014, a presença do referido país é maior nas importações brasileiras, tendo apresentado uma média de participação de, aproximadamente, 9% no total do período, contra 7% de participação média nas exportações.

Tabela 4 - Participação percentual do Uruguai na balança comercial do Brasil com os países pertencentes ao MERCOSUL:

## Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar

2009 a 2014

Ano	Exportação	Importação
2009	7,00	9,06
2010	5,79	9,02
2011	6,70	8,49
2012	7,84	8,98
2013	7,01	8,64
2014	11,76	10,40

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados do MDCI (2015)

A Venezuela, de acordo com a Tabela 6, teve uma participação nas vendas do Brasil para o MERCOSUL, de 18,57 %, em 2009, do total das exportações brasileiras intrabloco. Em 2011 essa participação reduziu-se para 14,15 %, porém, houve recuperação nos anos seguintes, alcançando 18,49% em 2014.

Tabela 6 - Participação percentual da Venezuela balança comercial do Brasil com os países pertencentes ao MERCOSUL: 2009 a 2014

Ano	Exportação	Importação
2009	18,57	4,25
2010	14,57	4,77
2011	14,15	6,13
2012	18,15	4,92
2013	16,42	5,77
2014	18,49	6,37

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados do MDIC (2015)

Analisando as importações brasileiras provenientes da Venezuela, no comércio intrabloco, destaca-se o ano de 2014, que apresentou a maior percentual de participação do referido país como fornecedor de produtos ao Brasil, correspondendo a 6,37% do total de compras brasileiras junto ao bloco.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desse estudo foi possível verificar que o MERCOSUL representa um percentual relativamente baixo no comércio exterior brasileiro, alcançando 12,21% de participação nas exportações e 9,18% das importações do Brasil, considerando-se a média do período 2009 a 2014.

## Encontro Anual de Iniciação Científica da Unesp

Analisando os fluxos comerciais do Brasil com os países pertencentes ao MERCOSUL, pôde-se notar que a Argentina foi a principal representante, tanto como compradora (com participação média de 67,5%) quanto como fornecedora (com 81% de participação, na média do período) do Brasil, no total do comércio com o bloco, entre os anos de 2009 e 2014.

Considerando-se os demais países no ranking dos compradores do Brasil no comércio intrabloco, não houve mudanças no período do estudo, com a Venezuela como segunda principal representante no destino das exportações nacionais, seguida do Paraguai e Uruguai.

Já o ranking dos fornecedores de produtos do MERCOSUL para o Brasil, teve o Uruguai como segundo país mais importante de origem das importações brasileiras junto ao bloco, seguido de Paraguai e Venezuela, com exceção do ano de 2010, em que a Venezuela aumentou sua participação nas compras brasileiras, ultrapassando o Paraguai e assumindo nova colocação no ranking.

### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. MERCOSUL: Fundamentos e Perspectivas. 2ª edição. São Paulo: LTr, 1998.

AMARAL, Sergio. A política externa entre a continuidade e a mudança. Estadão. 25/02/2015. Disponível em: <http://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,a-politica-externa-entre-a-continuidade-e-a-mudanca-imp-,1639246>. Acesso em: 11 de junho de 2015.

BASTOS, Luciana A. Avaliação do Desempenho Comercial do MERCOSUL: 1994-2005. 2008. Tese (Mestrado) – USP – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BRUM, Argemiro J. Integração do Cone Sul. 2ª Edição. Ijuí:Unijuí, 1995.

CARVALHO, Maria Auxiliadora de; SILVA, Cesar Roberto Leite da. Economia Internacional. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

CELLI, U. Teoria geral a integração: em busca de um modelo alternativo. In: MERCADANTE, A.A.; CELLI, U.; ARAÚJO, L.R. Blocos econômicos e integração na América Latina, África e Ásia. Curitiba: Juruá, 2006.

COELHO, A. M. *et al.* Impacto da entrada da Venezuela no MERCOSUL: uma simulação com modelo de equilíbrio geral computável. Escola de Economia de São Paulo (FGV). Texto para discussão 153. Novembro, 2006.

FERMAM, Ricardo K.S., O processo de elaboração de normativas técnicas Mercosul: o caso das negociações sobre produtos elétricos. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292006000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292006000100006)> Acesso em: 25 de Fevereiro de 2015.

FRATIANNI, Michele Borders and integration. In: FRATIANNI, M. Regional economic integration – Research in global strategic management, v. 12. San Diego: JAI Press, 2006.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 1987.

GOMES, Eduardo Biacchi. Blocos econômicos – solução de controvérsias. 3.ed. Curitiba: Juruá, 2010.

## **Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar**

- GRUBEL, H. The economics of monetary unions: traditional and new. In: FRATIANNI, M. Regional economic integration – Research in global strategic management, v. 12. San Diego: JAI Press, 2006.
- HERZ, M.; HOFFMANN, A. Organizações internacionais: história e prática. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- MDIC. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio>. Acesso em: 20 de Junho de 2015.
- MERCOSUL. Saiba mais sobre o Mercosul. Disponível em: <http://www.mercosul.gov.br/index.php/saiba-mais-sobre-o-mercossul#CRONO>> Acesso em 08 de Dezembro de 2014.
- MOREIRA, A. Cresce expectativa de mudança na política comercial. Valor Econômico. 19/12/2014. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/3831784/cresce-expectativa-de-mudanca-na-politica-comercial>. Acesso em: 11 de junho de 2015.
- PREDEBON, Eduardo Angonesi. Internacionalização e integração Econômica: O Caso da WEG S.A. 2010. 115 f. Tese de doutorado – UFPR, Curitiba 2010.
- RATTI, Bruno. Comércio Internacional e Câmbio. 11. ed. São Paulo: Lex, 2006.
- RAUPP, F.; BEUREN, I. M. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (org.). Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- SARTI, Fernando. Internacionalização Comercial e Produtiva no MERCOSUL nos Anos 90. 1ª Edição. Campinas, Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Economia, 2001.
- SISTE, E. Teoria geral das organizações internacionais de integração e cooperação econômica. In: MERCADANTE, A.A.; CELLI, U.; ARAÚJO, L.R. Blocos econômicos e integração na América Latina, África e Ásia. Curitiba, Juruá, 2006.
- VIANA, C. C. Política comercial brasileira: possíveis impactos de uma redução nas tarifas de importação dos setores automotivo e têxtil. 2009. Tese (Mestrado) – Universidade federal de Pernambuco, Recife, 2009.
- WTO. World Trade Organization. Disponível em: [https://www.wto.org/english/tratop\\_e/region\\_e/region\\_e.htm](https://www.wto.org/english/tratop_e/region_e/region_e.htm)> Acesso em 08/01//2015.